

## PROFISSÃO E CASAMENTO DE FAMÍLIAS DE LAVRADORES: MIGRAÇÃO PARA TANGARÁ DA SERRA – MT

Carlos Edinei de Oliveira\*

Em sua grande maioria, as famílias que foram para Tangará da Serra<sup>1</sup> na década de 60 e 70 do século XX são do movimento migratório rural-rural; os homens, em sua maioria, eram lavradores antes de se mudarem para Tangará da Serra e depois continuaram a sê-los, mesmo quando moravam na cidade, em Tangará da Serra; mantinham uma propriedade rural ou trabalhavam na lavoura. As mulheres ocupavam-se dos serviços da casa e ajudavam no plantio e na colheita e algumas tinham atividades rotineiras ligadas à agricultura.

Observando os livros de registros de casamentos, percebemos que as famílias que reterritorializam o ambiente de Tangará da Serra são famílias nucleares ligadas à terra, que se autodenominam de lavradores. São pequenos proprietários de terras ou mesmo famílias que estavam a serviço de outro proprietário com o qual já mantinham vínculo empregatício e de compadrio desde o Estado de procedência.<sup>2</sup>

O depoimento exemplifica a abordagem anterior e ilustra a coexistência entre a frente pioneira e a frente de expansão:

*Essas famílias vieram conosco, porque a mão de obra aqui era difícil e não tinha condição de arrumar pessoal adequado para o manuseio na lavoura. E eram pessoas que já moravam com a gente lá em São Paulo em outras fazendas de lá. E quando nós propusemos a vir para o Mato Grosso, essas pessoas, essas famílias dispuseram também a nos acompanhar. Haja visto, que naquela época a lavoura lá estava em declínio. Era algodão e amendoim, devido as terras estarem cansadas e o aproveitamento com a mecanização lá era improcedente, porque as terras eram areia, quanto mais tombava as terra mais erosão aparecia. Devido isso essas famílias se dispuseram a nos acompanhar até aqui, em vistas das terras, da perspectiva de boas lavouras de um futuro melhor.*<sup>3</sup>

Esses fluxos populacionais onde a fronteira entre a frente de expansão e a frente pioneira coexiste, obriga estas categorias a produzir novas relações culturais entre elas e com a natureza com que passam a conviver. Neste mesmo espaço, configuram-se as frentes de expansão e pioneiras; a primeira, destacada pelos que se intitulam lavradores, pequenos proprietários de terras, agregados ou meeiros, que trabalham na terra de capitalistas maiores, os fazendeiros, os quais podemos caracterizar como frente pioneira, conforme afirma MARTINS:

\* Mestre em História pela UFMT e prof. da UNICEN – Tangará da Serra - MT

<sup>1</sup> Município localizado a sudoeste de Mato Grosso, com 58. 341hab. conforme censo de 2000. Sua colonização se deu de forma privada na década de 60 do século XX realizada pela colonizadora Sociedade Imobiliária Comercial Tupã para a Agricultura – SITA.

<sup>2</sup> A família aqui é pensada como: HAREVEN, Tamara K. Tempo de família e tempo histórico. In: *Questões e Debates*. APAH. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1984. p.6. Autora destaca que “... na verdade, a família está em fluxo constante. Ela é cenário de interação entre várias vidas individuais fluentes.”

<sup>3</sup> TAVARES, Hélio. Em entrevista ao autor, Tangará da Serra, 23 abr. 1991.

(...) a frente de expansão está mais próxima da economia mercantil simples do que da economia capitalista e, ao mesmo tempo, está próxima da mera economia de subsistência. O camponês produz aí seus próprios meios de vida, além dos excedentes comercializáveis. Ele não pode se inserir plenamente na divisão social do trabalho que rege o conjunto da economia. Por que, se o fizer, terá de se especializar, dedicar-se de preferência aos produtos mais rentáveis naquela terra e naquele lugar. E adquirir no mercado seus meios de vida.<sup>4</sup>

Os registros de casamentos, entre 1964 e 1979, destacam 46 profissões diferenciadas exercidas pelos homens, sendo que, de um total de 1.275 casamentos, a profissão registrada é de 1.036 lavradores, as outras profissões estão relacionadas ao cotidiano do trabalho de pessoas ligadas a regiões de colonização agrícola. É significativo o número de comerciantes, 48, deixando claro o movimento de capital que começa a ser gerado pelas pequenas propriedades que são produzidas no vale do Sepotuba<sup>5</sup>. Além dos comerciantes de produtos industrializados, muitos homens eram envolvidos com a compra e venda do arroz e do café, com exceção dos proprietários de serrarias, que se autodenominam de industriários.

O plantio do café e do arroz não impedia o lavrador de manter, na sua propriedade rural ou na de seu patrão, um espaço onde pudesse produzir outros elementos necessários para a sobrevivência de sua família, o terreiro<sup>6</sup> da casa. Ele vai estar incorporado nesta relação de sobrevivência, pois seu espaço é ocupado pelo *gado miúdo*, como galinha, porco, pato, ganso e outros animais, como por plantação de frutas, hortaliças e ervas medicinais. É também o espaço das rudimentares construções, como galinheiro, chiqueiro e paiol.

Essa estrutura da organização do quintal não se aplicava apenas à área rural, mas parte dessa estrutura, quando não toda, encontrava-se também na cidade. O quintal passa a ter uma função cultural e política na organização da estrutura familiar.

Ao estudar o espaço do quintal em Mimoso - MT, Joana Aparecida Fernandes da SILVA destaca também o destino e a utilidade deste espaço, algumas também percebidas nos relatos dos moradores do povoado de Tangará da Serra:

(...) Além das plantas úteis cultivadas por seus moradores, o quintal revelou-se também como um espaço de trabalho, de encontro, de festas e de cultura. O quintal presta-se para uma multiplicidade de elementos e de atividades, tais como engenho, varal para secar peixes, pilão para preparo do arroz, do milho e da paçoca de carne, preparo do fumo, da criação de porcos, reses, preparo de doces e licores, que se traduzem em aproveitamento dos produtos gerados no próprio quintal. As festas, danças, cururu e siriri também são aí realizadas; a categoria de animais de *terreiro*, onde incluem-se cães,

---

<sup>4</sup> MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997. p.188.

<sup>5</sup> O rio Sepotuba é um dos maiores afluentes do rio Paraguai, ele corta o município de Tangará da Serra e suas matas ciliares era sinônimo de terras férteis para os lavradores.

<sup>6</sup> Expressão obtida nas fontes orais, usada pelos lavradores da região para designar quintal.

gatos, galinhas, porcos e vacas, encontram neste lugar, seu espaço para viver e para se alimentar.<sup>7</sup>

Atrelada à função cultural e à política das manifestações realizadas no quintal, tanto em Tangará da Serra como em Mimoso, percebe-se a função econômica dos quintais. No povoado e, especialmente, na zona rural de Tangará da Serra, são os quintais que ajudam na sobrevivência destas famílias que acabavam de chegar no *novo* território. Construir, organizar, fazer produzir o quintal era uma urgência, uma questão de sobrevivência. Os produtos que o caminhão da mudança traziam escasseavam rapidamente, o ambiente era desconhecido, o aproveitamento que poderia retirar-se dele completava a alimentação, mas não atendia a dieta dos lavradores, habituados a práticas alimentares, cujo complemento era retirado também dos quintais, como afirma Márcia Aparecida de Brito:

A função econômica dos quintais agroflorestais está representada, principalmente, pela produção de alimentos para subsistência e para comercialização, podendo contribuir para a melhoria da alimentação das populações rurais e urbanas de baixa renda.<sup>8</sup>

Além do contato direto com o manejo da terra, uma profissão de muito destaque nestas regiões de colonização da Amazônia brasileira, é a de motorista; justamente, os Livros de Casamento em Tangará da Serra registram 37 deles, pois a grande quantidade de madeira de lei, na mata ciliar do rio Sepotuba, proporcionava o emprego de muitos “toreiros”,<sup>9</sup> condutores de caminhões de extração de toras de madeira.

Outras profissões, tais como as de carpinteiro, pedreiro, mecânico, marceneiro, tratorista, agenciador, balconista, operário, operador de máquinas e funcionário público, são destaques.

Os operadores de máquinas são especialmente aqueles que trabalham nas serrarias locais e nas máquinas de beneficiamento de arroz. Os agenciadores eram os “gatos”, responsáveis pelo agenciamento de pessoas para trabalhar nas fazendas próximas ao povoado.<sup>10</sup>

Quando se analisa a profissão das mulheres, no mesmo registro citado anteriormente, percebe-se uma menor variação, pois são registradas apenas doze diferentes profissões, sendo que o

---

<sup>7</sup> SILVA, Joana Aparecida Fernandes. *Aqui tudo é Parente!* um estudo das práticas e idéias em relação ao tempo e ao espaço entre camponeses do Pantanal de Mimoso. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade de São Paulo, p.160.

<sup>8</sup> BRITO, Márcia Aparecida de. *Uso social da biodiversidade em quintais agroflorestais de Aripuanã - MT*. Cuiabá, 1996. Dissertação. (Mestrado em Biologia) – Universidade Federal de Mato Grosso.

<sup>9</sup> A expressão “toreiro” era usada popularmente para designar tanto os caminhões especiais que carregavam toras de madeira como seus condutores.

<sup>10</sup> Segundo MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1982. “O gato como é conhecido em amplas regiões opera como agenciador de trabalhadores. Geralmente, possui ou aluga um caminhão para transportar os peões, recrutando-os sob promessas de salários e regalias que não serão cumpridas. Como não há nenhuma fiscalização, o trabalhador quanto mais se aproxima do local de trabalho, mais longe fica de qualquer proteção ou garantia quanto a seus direitos trabalhistas.” p.53

maior número é de mulheres que se ocupam com os serviços da casa; a profissão é registrada como *do lar* e *doméstica*, ressaltando que não há diferença de significado da nomenclatura para a profissão da mulher da época. Era freqüente, no Livro de Casamentos, uma ou outra expressão, dependendo principalmente de quem lavrava o registro.<sup>11</sup> É possível essa percepção, pela caligrafia dos escriturários; alguns preferiam usar a expressão “do lar”, e outros, a palavra “doméstica”; ambas designavam principalmente as mulheres de lavradores, não sendo exceção para mulheres de homens que exerciam outras profissões.

Foram registradas 1.231 mulheres que exerciam a profissão de *doméstica* ou *do lar*; outro destaque é para as professoras, que somam 21. Percebe-se também estudantes, costureiras, balconistas, auxiliar de escritório, bancária, comerciante, enfermeira e funcionária pública municipal.

Eram poucas as mulheres que trabalhavam fora de casa, mesmo como domésticas, pois a sociedade era formada por famílias de pequenos proprietários de terras. Ressalte-se, porém, que existia um pequeno número de mulheres que exerciam atividades de doméstica, como também as de lavadeira de roupas para senhoras de famílias mais ricas, cujas casas geralmente se destacavam em tamanho e uso de recursos materiais, na arquitetura da cidade.

As mulheres da zona rural geralmente trabalhavam nas lavouras, principalmente nos momentos especiais de plantio e colheita. Elas também eram responsáveis pela manutenção do que se plantava próximo à casa, como pomar, horta e criação de galinhas, patos, gansos, porcos e outros animais. Algumas, inclusive, realizavam o serviço de ordenha das vacas e se ocupavam com a produção do queijo, requeijão e pão. Torravam e moíam o café, cortavam a lenha para abastecer o fogão e cuidavam do abastecimento de água, puxando do poço para realizar todos os serviços domésticos e para o banho dos filhos.

Este quadro do trabalho familiar e suas representações é destacado por Hilda Píivaro STADNIKY, ao discutir o papel da mulher no norte do Paraná, de onde grande parte das mulheres que vieram para Tangará da Serra, é procedente:

A hierarquização das tarefas estabelecia-se em função da sazonalidade das culturas que, entretanto, tem o poder de impor à condição feminina maior polivalência ao não excluir do rol de suas obrigações as tarefas com o serviço doméstico. Isto pressupõe a super exploração do trabalho feminino na órbita da família. Nos momentos de colheita de café, tornava-se imprescindível o trabalho da mulher e mesmo o de crianças. As jornadas de trabalho respeitavam apenas a luz do dia. Para o trabalho das lavouras de subsistência, recorre-se às mulheres e crianças, cujo ritmo se acentua em consequência da

---

<sup>11</sup> É possível essa percepção pela caligrafia dos escriturários; alguns preferiam usar a expressão “do lar”, e outros, a palavra “doméstica”, ambas expressões designavam principalmente as mulheres de lavradores, não sendo exceção para mulheres de homens que exerciam outras profissões.

sazonalidade própria das culturas. As culturas de arroz, feijão, milho, algodão e mandioca contam sistematicamente com o trabalho feminino, em todas as etapas, do cultivo à colheita.<sup>12</sup>

Estas mulheres, com pouca idade se ocupavam com estas atividades domésticas em Tangará da Serra, estando solteiras ou casadas. O casamento era necessário para unir força de trabalho, nesta terra que se mostrava de *fácil aquisição e de muito futuro*.

Diante dos 1.275 casamentos analisados em Tangará da Serra, percebemos que as mulheres se casavam entre 16 e 22 anos; 221 mulheres, com 16 anos e 217, com 21 anos de idade. Por outro lado, percebe-se que 145 de mulheres casaram-se após os trinta anos, a maior parte delas eram viúvas que voltavam a constituir novas famílias.

O *rapto* de mulheres é muito marcante nos registros, pois não era rara a oficialização de casamentos cujos cônjuges já viviam maritalmente juntos. A expressão *fugir* era usada pelas famílias para designar este *rapto* para o matrimônio. O *rapto* era um acordo entre os cônjuges, para constituir-se em família. As moças sempre estavam de acordo com a ação de seus futuros maridos. A fuga, muitas vezes, afrontava o pai da noiva, e servia como uma *confirmação do machismo* do noivo. Outras vezes, a fuga era um recurso que driblava o compromisso social do casamento, evitando os gastos com as festas.

Os homens casavam-se mais velhos que as mulheres e, com raras exceções, as mulheres, mais velhas que os homens. O destaque da idade para casamento dos homens é aos 21 anos. Ressalte-se que 142 casaram-se com esta idade, 119, com 22 anos e 118, com 23 anos. Muitos homens, ou seja, 245, também se casaram após os 35 anos, 245 homens, particularmente homens viúvos; geralmente desposam mulheres mais jovens, e estas continuam a colaborar no índice de fecundidade destas famílias de lavradores.

Em regra geral, no Brasil, a nupcialidade é caracterizada por uma idade ao casar feminina mais precoce que a masculina. Observando os dados de Tangará da Serra, podemos concordar com o argumento de Maria Silvia C. Beozzo BASSANEZI, quando afirma que os camponeses se casam em idade precoce:

Já nas camadas camponesas e entre os colonos do café, os casamentos se realizam em idades precoces, tanto para o homem como para a mulher. Quando e onde a posse e ou acesso à terra ocorre com facilidade de mão-de-obra familiar é importante para a sobrevivência do grupo, o casamento se realiza para, inclusive, unir força de trabalho, não há porque adiá-lo.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> STADNIKY, Hilda Pívaro. Trabalho e expropriação em uma área de colonização recente: os discursos da diferença de gênero no cotidiano. *UNICÊNCIAS*. Cuiabá: Unic, 1998. v.2. p.37-8.

<sup>13</sup> BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro. In: *ANAIS*, IX. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP, 1994. v.1. p.389.

É fundamental definir-se o que seria idade precoce para uma sociedade, em que, desde criança, homens e mulheres estão acostumados a *lidar na lavoura*, ajudando os pais na tarefa de abastecer economicamente a família. Para as famílias em que o trabalho caracterizava-se como elemento preponderante da estrutura familiar e a preocupação com a escola formal era secundária, a idade média de acesso ao casamento, de 16 anos para mulheres e de 21 anos para homens, não pode ser considerada apenas precoce, mas uma prática de vida, em um tempo histórico específico.

O mês das núpcias também está ligado ao calendário do mundo do trabalho do lavrador. A sazonalidade do trabalho em Tangará da Serra obedece claramente ao calendário agrícola, o maior número de casamentos era concentrado após a colheita do café, nos meses de junho, julho e setembro. Casou-se muito também no mês de maio; justifica-se a relação cultural do mês de maio como o mês das noivas. É possível observar um respeito evidente ao período da quaresma, geralmente nos meses de março e abril e uma rejeição supersticiosa ao mês de agosto, relatada por muitos como um mês ligado ao azar, chamado por alguns como o *mês do desgosto*.

Mesmo sendo uma sociedade do século XX, as marcas do calendário religioso são fundamentalmente observadas pelos nubentes. Ana Silvia Volpi SCOTT, ao estudar as famílias do noroeste português da freguesia de São Tiago de Ronfe, nos séculos XVIII e XIX, também observa o mesmo fenômeno:

(...) Desde os trabalhos pioneiros de demografia histórica, notou-se uma íntima relação entre o calendário Católico, os períodos de tabus religiosos e a realização dos casamentos. Os dois períodos nos quais a Igreja Católica proibia a solenidade de consagração do casamento cobriam o período do primeiro Domingo do Advento até depois do Natal, e depois, da Quarta-feira de Cinzas até ao Domingo da Páscoa.<sup>14</sup>

O período que antecede o Natal, denominado no calendário católico como período do advento, mesmo em menor incidência, também era observado em Tangará da Serra, pois a maioria dos casamentos que se realizava neste período e também na quaresma era de pessoas protestantes e/ou evangélicas, como podemos observar no Livro de Registros de Casamento Religioso com efeito civil; poucos eram os católicos que escolhiam estes períodos para o casamento.

A data da escolha do casamento era caracterizada por elementos culturais cujos calendários religioso e econômico são fundamentais, pois o casamento é um evento social, um rito, em que a participação de parentes, amigos e vizinhos de todas as idades era fundamental, portanto, deveria ser escolhido um momento adequado em que houvesse condições financeiras e possibilidade de alegria para a realização de uma festa. Uma festa não seria alegre se realizada na quaresma ou no advento e não se tornaria real se a colheita não provesse os noivos e suas famílias. No calendário do

---

<sup>14</sup> SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste Português. (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS - Universidade do Minho, 1999, p.181.

católico, deveria ter o espaço para as festas, mas também para a religiosidade como destacou Ir. Osvalda Krotez: *No advento e na quaresma as famílias faziam grupos de reflexão.*<sup>15</sup>

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **1 – FONTES**

#### **Arquivos**

##### **Arquivo particular - Cartas**

OSVALDA, Irmã. Em carta para o autor. São Miguel do Oeste (SC). 16 jan. 2001. 6 f.

##### **Serviço Notarial e Registral de Nova Olímpia - MT**

Livro de Registro de Casamentos 1964 a 1979.

##### **Serviço Notarial e Registral de Progresso - MT**

Livro de Registro de Casamentos - 1979.

##### **Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Censo Demográfico de 1960. Mato Grosso.

Censo Demográfico de 1970. Mato Grosso.

##### **A Paróquia Nossa Senhora Aparecida - Tangará da Serra - MT**

Livro Tombo I - Reitoria de Nossa Senhora Aparecida - 1966 a 1983.

#### **Fontes Orais**

RODRIGUES, Maria Beazóli. Entrevista ao autor. Tangará da Serra, 11 maio, 1991.

TAVARES, Hélio. Entrevista ao autor. Tangará da Serra, 23 maio, 1991.

### **2 - BIBLIOGRAFIA**

ALMEIDA, Angela Mendes de. et al. (org.) *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Editora da UFRJ, 1987.

ANDERSON, Michael. *Elementos para a história da família ocidental – 1500 – 1914*. Trad. Ana Falcão Bastos. Lisboa: Quercó, 1984.

BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Considerações sobre os estudos do celibato e da idade ao casar no passado brasileiro. *ANAIS*, IX. Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: ABEP, 1994. v.1.

BRITO, Márcia Aparecida de. *Uso social da biodiversidade em quintais agroflorestais de Aripuanã - MT*. Cuiabá, 1996. Dissertação. (Mestrado em Biologia) – Universidade Federal de Mato Grosso.

HAREVEN, Tamara K. Tempo de família e tempo histórico. *Questões e Debates*. APAH. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1984.

---

<sup>15</sup> KROTEZ, Ir. Osvalda. Em carta para o autor. São Miguel D'Oeste (SC). Em 16 jan. 2001. 6.f.

LUZ, France. A migração através dos dados dos registros de casamentos dos cartórios da microrregião norte novo de Maringá. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). *Maringá e o norte do Paraná. Estudos de História regional*. Maringá: EDUEM, 1999.

MARCÍLIO, Maria Luíza. O sistema demográfico do Brasil no século XIX. *População e sociedade: evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984. p.193-207.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1982.

\_\_\_\_\_. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1994.

NAUFFAL FILHO, Fernando; ANDREAZZA, Maria Luiza. Tempo do sagrado e dia de casar. In: *Anais - IX Encontro de Estudos Populacionais*. ABEP: Belo Horizonte, 1994. v. 1.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. *Famílias e natureza: as relações entre famílias e ambiente na construção da colonização de Tangará da Serra – MT*. Cuiabá, 2002. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso.

PERARO, Maria Adenir. As fontes paroquiais: uma experiência de pesquisa. *Territórios e Fronteiras: Revista do Programa de Pós-Graduação em História Cuiabá*, v. 1, nº 1, p.11–23, 2000.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste Português. (Séculos XVIII e XIX). Guimarães: NEPS - Universidade do Minho, 1999.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes. *Aqui tudo é Parente!* um estudo das práticas e idéias em relação ao tempo e ao espaço entre camponeses do Pantanal de Mimoso. São Paulo, 1988. Tese (Doutorado em Antropologia) Universidade de São Paulo.

STADNIKY, Hilda Pívaro. Trabalho e expropriação em uma área de colonização recente: os discursos da diferença de gênero no cotidiano diferença de gênero no cotidiano. *UNICÊNCIAS*. Cuiabá: Unic, 1998. v.2.